

REVISTA MARACANAN

Dossiê

“Vontade de ser útil à minha Pátria, a fazer tinta de escrever”: Antônio Muniz de Souza, os sertões e a Breve notícia da Revolução do Brasil (1820-1822)

“Willingness to be useful to my homeland, writing ink”: Antônio Muniz de Souza, the “sertões” and the Brief news of the Brazilian Revolution (1820-1822)

Magno Francisco de Jesus Santos*


Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Recebido em: 07 jul. 2022.

Aprovado em: 05 out. 2022.



* Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. (magno.santos@ufrn.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>

 <http://lattes.cnpq.br/9046069221784194>

Resumo

Antônio Muniz de Souza foi um viajante que se deslocou pelos sertões do Brasil ao longo dos primeiros decênios do século XIX. Em suas viagens, o letrado notabilizou-se pelo recolhimento de materiais, que foram doados aos acervos das instituições científicas do Rio de Janeiro. Por essa razão, recebeu a alcunha de "Homem da Natureza". Além disso, a experiência das viagens foi registrada por meio da publicação de livros, que descortinavam os sertões brasileiros em pleno contexto da independência e da invenção da nação. Neste artigo tenho como escopo a escrita de Antônio Muniz de Souza acerca do processo de independência do Brasil nas capitânicas do antigo norte. Para isso, mobilizo como fontes os seus escritos "Breves notícias da Revolução do Brasil", "Máximas e pensamentos" e "Viagens e observações de Hum brasileiro", além de fontes de cotejo, como notícias de jornais e biografias atinentes ao viajante. Por meio da análise dessas narrativas é possível vislumbrar a leitura sobre os meandros do processo de independência, a partir da atuação de sujeitos que se encontravam nos sertões do antigo norte do Brasil.

Palavras-chave: Antônio Muniz de Souza. Revolução do Brasil. 1822.

Abstract

Antônio Muniz de Souza was a traveler who traveled through the backlands of Brazil during the first decades of the 19th century. In his travels, the literate became famous in the collection of materials that were donated to the collections of scientific institutions in Rio de Janeiro and, as a result, he came to be recognized by the nickname "Man of Nature". In addition, the travel experience was recorded through the publication of books that revealed the Brazilian backlands in the full context of independence and the invention of a nation. In this article I have as scope the writing of Antônio Muniz de Souza about the process of independence of Brazil in the captaincies of the former north. For this, I mobilize his writings as sources: "Brief news of the Revolution of Brazil", "Maxims and thoughts" and "Viagens e observações de Hum Brasileiro", in addition to sources of comparison, such as news from newspapers and biographies produced regarding the traveler. Through these narratives it is possible to glimpse the reading about the intricacies of the independence process from the performance of subjects who were in the sertões of the former north of Brazil.

Keywords: Antônio Muniz de Souza Brazilian revolution. 1822.

O homem que deixa o seu país natal; e que armado do bastão de peregrino, passa a percorrer diversos países, deve ter paciência constância e perseverança: os homens sábios devem ser aqueles a quem ele se dirija, porque estes o podem instruir: esforça-se para arredar de si a imoralidade, e implorar aos Céus o seu auxílio, deve ser uma das primeiras necessidades do viajante. Colhendo o bom, fazendo-o prosperar, e combatendo o mal deve ser o seu ponto de vista. O sustento do viajante deve ser a esperança de conseguir vantagens para humanidade, O homem deixa o seu país, e durante suas viagens deve considerar-se em uma campanha a conquistar os corações dos homens (sem lisonja): a Religião e a Lei deve ser o seu guia, seu interesse o bem público, sua sorte a da Pátria, os gemidos desta sua dor, a felicidade dos homens a sua glória. O aposento do viajante em qualquer país deve ser em lugar livre dos tumultos, onde não reine a intriga e finalmente em lugar onde a política não tenha levantado o seu estandarte (SOUZA, 1843, p. 1) ¹

Introdução

Neste artigo, trago como epígrafe as considerações iniciais, escritas por Antônio Muniz de Souza,² em seu livro *Máximas e pensamentos*. Essas palavras buscavam orientar o viajante, por meio de ponderações que atribuíam, ao ato de viajar, dimensão cívico-patriótica. O viajante seria, então, o responsável por fazer conhecer as brenhas da nação, conquistando a confiança dos homens que viviam em outras “pátrias”, difundindo o bem público. A dimensão religiosa também se tornava necessária, por meio da propagação do bem e da saga pelos espaços, como uma atribuição de sacrifício em nome da coletividade. Imbuído desses valores religiosos e patrióticos, o estudioso, ao caracterizar o viajante, atribuiu-lhe os instrumentos do peregrino: um sacrifício, um ato de abnegação, uma caminhada por estradas desconhecidas, sustentado apenas pelo bastão.

Ao se deslocar pelos espaços, Antônio Muniz de Souza tornou-se um homem-memória (cf. HARTOG, 2004), ao possibilitar a recolha de vestígios da natureza do Brasil para prover as novas instituições científicas de acervos que evidenciassem uma visibilidade sobre o país.³ Além

¹ Preocupado com a fluidez da leitura das fontes, neste artigo optei por atualizar a grafia das palavras, mantendo a estrutura original do texto.

² Nos estudos biográficos e na documentação coetânea é possível localizar diferentes grafias e assinaturas do nome do autor, como: Antônio Muniz de Souza, Antonio Moniz de Souza e Antônio Moniz de Souza e Oliveira. Neste artigo optei por usar Antônio Muniz de Souza, por ser a designação mais recorrente na assinatura dos livros.

³ Neste texto mobilizo o termo país não como uma forma de designar o Estado-nação, mas a partir do sentido mais lato, atribuído por Muniz de Souza e outras fontes coevas, como o dicionário de Antonio de Moraes Silva, no qual foi definido como “terra, região” (SILVA, 1789, p. 383). Ao longo do artigo, ao

da recolha de elementos dos “três reinos da natureza”, o viajante também investiu no processo de reconhecimento e registro das experiências sociais das comunidades que viviam nos sertões do norte. Isso implicou na escrita sobre as viagens e os acontecimentos ocorridos nas antigas capitanias, viabilizando a construção de uma cartografia destinada à atribuição de sentido e de história aos espaços; na denúncia atinente às condições de vida de grupos socialmente marginalizados, sobretudo mulheres e negros escravizados.

Antônio Muniz de Souza foi um letrado oriundo das antigas capitanias do norte, nascido na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real,⁴ nos idos de 1782. De acordo com José Augusto Pádua, ele foi “um autor que praticamente não recebeu educação formal” (PÁDUA, 2002, p. 189). Essa assertiva pode ser confirmada ao se observar os textos produzidos pelo letrado. Como esclarece o biógrafo Armindo Guaraná, eles apresentavam “linguagem despretensiosa e não raras vezes incorreta” (GUARANÁ, 1925, p. 29). Consoante o referido biógrafo, Antônio Muniz de Souza viajou, em 1807, para o Rio de Janeiro, e, no Convento Santo Antônio, “muito aproveitou, adquirindo úteis ensinamentos, que tanto lhe serviram na vida prática. Foi ali que recebeu as primeiras lições de botânica, ouvidas do sábio naturalista Frei José Mariano da Conceição Velloso, cuja biblioteca muito o auxiliou nos estudos prediletos da história natural” (*Idem*). Nessa experiência formativa na “monótona placidez dos claustros”, ele se tornou um entusiasta nos fazeres científicos relativos à natureza brasileira no emergir do século XIX. Uma prova disso é o fato de ter passado a realizar inúmeras viagens pelos sertões do Brasil, a partir de 1812, mantendo-se na condição de viajante por mais de 28 anos.

Dessas viagens pelas brenhas dos sertões do antigo norte do Brasil, efetivadas entre 1812 e 1840, resultou uma considerável produção bibliográfica, publicada em livros, às custas de amigos, e em periódicos da Corte e das províncias do norte. Em tais escritos eclodiam uma gama de temáticas concernentes aos espaços percorridos, como o registro da fauna e da flora, a preocupação com a destruição dos bens naturais, a descrição dos recursos minerais, assim como a narração dos episódios ocorridos nas localidades visitadas, por vezes imbuída de denúncias sobre as condições das mulheres, da população escravizada ou dos maus-tratos aos animais.

Sob a pena de Antônio Muniz de Souza foram produzidos os seguintes apontamentos: *Breve notícia sobre a revolução do Brasil de 1821*, escrito no início da década de 1820; *Viagens e observações de um brasileiro*, publicado em 1832; *Máximas e pensamentos*, livro lançado em 1843; *Descobertas curiosas que nos reinos vegetal, animal e mineral, por sítios e sertões vários das brasílicas províncias*, manuscrito doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

reportar-me a país, o sentido será de uma região, por vezes como o autor pensou o sertão; em outras, referindo-se ao Brasil em processo de independência.

⁴ A Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real constituía o território que hoje corresponde ao município de Tobias Barreto, no sertão sergipano. De acordo com Aires Casal, a freguesia integrava o território da vila do Lagarto. Assim, “*Lagarto*, situada numa planície, coisa de vinte léguas ao poente da capital é vila medíocre, e famosa pela sua pedreira de pederneiras, ornada com igreja matriz dedicada à Nossa Senhora da Piedade. Nos contornos cria-se gado vacum; e cultiva-se algodão, mandioca, e outros comestíveis” (CASAL, 1817, p. 251).

nos idos de 1846; *Reflexões sobre a escravatura nas fazendas do Brasil*, artigo publicado em *O Auxiliador da Indústria Nacional*, no ano de 1846; *Petição dirigida ao Imperador*, impressa no jornal *Philantropo*, em 1850; e, finalmente, *Tratamento da morpheia*, artigo publicado no *Correio Sergipense* em 1855. Trata-se de uma produção bibliográfica temporalmente dispersa, quantitativamente elevada, publicada em periódicos que foram importantes no processo de difusão dos saberes científicos do Império do Brasil, dentre eles, *O Auxiliador da Indústria Nacional*.

No lastro dessa lavra, é possível vislumbrar alguns aspectos relevantes aos meandros do processo de independência no âmbito dos sertões das capitanias do antigo norte. Em um contexto marcado por modelos historiográficos que buscavam o distanciamento entre o historiador e o episódio avalizado (MALEVAL, 2015), Antônio Muniz de Souza tornou-se uma rara voz que evocou uma reflexão provida de uma dimensão analítica tecida no calor dos acontecimentos vivenciados nos sertões brasileiros. Por esse motivo, elegi como escopo deste artigo a escrita do filósofo da natureza acerca do processo de independência do Brasil nas capitanias do antigo norte.

A análise tem por base documental o escrito *Breves notícias da Revolução do Brasil em 1821*, em cotejo com outros textos oriundos da pena do autor. As notícias produzidas por Souza, de alguma forma, sintonizavam com a demanda de letrados brasileiros da primeira metade do século XIX, em busca de memórias históricas, com o intuito de fomentar futuras reflexões. As memórias eram entendidas como “escritos de narrações políticas” (SILVA, 1789, p. 286) ou “escrito que contém narração de qualquer coisa” (PINTO, 1832, p. 89). Neste sentido, as memórias estavam atreladas ao projeto de produção de fontes para serem avalizadas no futuro, imbuídas de projeto de dotar a historiografia vindoura de informações.

Mas, além da construção de memórias, ele também avançou no âmbito dos fazeres historiográficos do primeiro quartel do século XIX, ao esboçar uma leitura interpretativa dos episódios dos quais havia sido testemunha. A sua breve notícia aglutinava a concepção de fonte e a própria ambição de ser um texto histórico. No período aludido, notícia era definida como “erudição, leitura” (SILVA, 1789, p. 438) ou “conhecimento, informação” (PINTO, 1832). Não se tratava apenas de uma memória ou narração sobre um episódio. Tratava-se também de um conhecimento científico pautado na erudição. Esta ambivalência na escrita de Muniz de Souza constitui o cerne desta trama.

Pensar a obra de Antônio de Souza como uma reflexão atrelada aos fazeres historiográficos oitocentistas, atinentes ao processo de independência, é, em certa medida, um problema ainda pouco enfrentado. Ao longo do século XX, os escritos de Souza tornaram-se fontes privilegiadas de estudo sobre o interior do país, nas pesquisas desenvolvidas, por brasilianistas, sobre natureza (DEAN, 1997; TUCKER & RICHARDS, 1983), escravidão (KARASCH, 1987), famílias (ROSEN, 1982), povoações (GONZÁLEZ, 1998) e mulheres no Brasil (HAHNER, 1990). No geral, são pesquisas que acionaram os escritos de Muniz de Souza como um relato testemunhal do cotidiano brasileiro no emergir do Oitocentos. Nos últimos decênios, diferentes trabalhos recorreram a essa produção, interessados tanto pelos fazeres científicos no

campo da botânica (NASCIMENTO, 2005; SANTOS, 2008) quanto pela contribuição advinda do caráter viajante do autor (ANDRADE, 2017), fonte para contextualização do início do século XIX (ANTÔNIO, 2012), além daqueles ocupados com o enfrentamento da questão da nacionalidade brasileira no pós-independência (SANTOS, 2020). Entretanto, a dimensão da escrita historiográfica do letrado ainda permanece como uma lacuna, principalmente em relação aos episódios narrados sobre a independência nacional, nas capitanias do norte, nos idos de 1821.

Diante disso, acredito ser pertinente pensar a escrita e as viagens efetivadas pelo letrado do norte como um projeto político de nação. Antônio Muniz de Souza enveredou-se pelos sertões com a preocupação de recolher materiais para compor os acervos museológicos e laboratoriais das instituições científicas brasileiras, bem como de registrar o modo de vida das populações que vivem no interior do país. Disso resultou uma escrita tingida por engajamento e críticas sociais. Pautado neste argumento, aciono essa escrita como um projeto alternativo de nação, a partir da proposição de um processo inicial de construção de uma cultura política,⁵ em que o autor questionava, por exemplo, as condições de vida da população negra escravizada e denunciava a situação subalterna imposta às mulheres. Neste sentido, o exercício de escrita histórica elucidava um ato político. Um ato que por vezes intencionava distanciar o Brasil do modelo português, no qual a civilização a ser constituída após a independência deveria pautar-se na ruptura cultural com a antiga metrópole (cf. SANTOS, 2020).

Imbuído deste intuito, estruturei o artigo em três momentos. No primeiro, discorro acerca da trajetória biográfica de Antônio Muniz de Souza, a partir das memórias construídas pelo próprio autor, a exemplo das registradas em “Reflexões sobre a escravatura nas fazendas do Brasil”, bem como das narrativas biográficas produzidas entre meados do século XIX e os primeiros decênios da centúria novecentista. Busco entender, assim, as ambivalências na construção biográfica do letrado. No segundo momento mobilizo a escrita de Souza como um instrumento que possibilitou o constructo de uma cartografia dos sertões. Pauto, por essa razão, no homem em deslocamentos, que aferiu acepções atinentes ao sertão. Para tanto, recorro aos livros *Viagens e observações de um brasileiro* e *Máximas e pensamentos*. Por fim, investigo a narrativa acerca da independência do Brasil de 1821, no âmbito das capitanias do antigo Brasil, tendo como fonte central o texto *Breve notícia sobre a revolução do Brasil*. Com isso, investigo a escrita da história entre o intuito de delegar memórias às gerações futuras e imprimir um posicionamento político no tocante aos problemas enfrentados no presente.

⁵ Neste artigo mobilizo o conceito de cultura política pensado por Serge Bernstein, no qual “supre ao mesmo tempo uma leitura comum de passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto” (BERSTEIN, 1998, p. 352). A difusão dessas leituras ocorre em diferentes contextos espaciais e temporais. Além disso, a cultura política se vale de suportes distintos, inclusive no âmbito historiográfico. Dessa forma, ela “se inscreve no quadro de normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 353).

“Um brasileiro viajante que tantos sertões rompeu”

“*Um Brasileiro*”. Essa foi a assinatura que designou a autoria do primeiro livro publicado por Antônio Muniz de Souza nos idos de 1832. Essa prerrogativa de mostrar-se como um letrado nacional expressava uma estratégia de posicionar-se no âmbito da escrita oriunda de viagens de seu tempo, prática, inclusive, comum aos “naturalistas e artistas estrangeiros que aqui buscavam o exótico, a confirmação de suas hipóteses de pesquisas, ou até mesmo a oportunidade de novos produtos de importação” (ARAÚJO, 2000, p. 9). Ao apresentar-se como um brasileiro, o letrado evidenciava o seu vínculo com a terra pátria e a sua contribuição como pesquisador nacional, munido de um obstinado desejo de revelar o Brasil aos brasileiros. Para Muniz de Souza:

Causa vergonha que as notícias que temos da nossa terra sejam dadas por estrangeiros, e que os nossos patrícios, ou inertes, ou só ativos para discutirem questões puramente políticas se conservem em uma apatia vergonhosa, sem que lhe cause emulação verem que são os estrangeiros os que cruzam as terras Brasileiras, e os únicos que tiram a glória que tais explorações resultam. Se os Brasileiros inteligentes empenhados na prosperidade de sua Pátria viajassem, eles dariam regras de economia em tudo (SOUZA, 1832, p. 183-184).

Essa assertiva em defesa da atuação de nacionais inteligentes nas viagens internas elucida a preocupação do letrado em instituir o elemento diferenciador de sua escrita: ser brasileiro. Era um homem da terra que adentrava os sertões, com a finalidade de registrar os equívocos das atividades econômicas e fazer conhecer os elementos potenciais, para tornar o Brasil uma nação próspera. A leitura de um viajante nacional não buscava a exploração das riquezas, mas a correção das práticas para possibilitar o desenvolvimento e sanar os males que assolavam o país. De alguma forma, as preocupações de Antônio Muniz de Souza se coadunavam com as de outros letrados do segundo quartel oitocentista, inclusive com as dos homens responsáveis por fundar, em 1838, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). No entender de Manoel Luís Salgado Guimarães, “Coerente com o objetivo a que se propôs, de esboçar o quadro na Nação, o IHGB incentivará ainda viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que venha a ser coletado material que subsidie a escrita da história nacional” (GUIMARÃES, 1988, p. 19).

Contudo, apesar das aproximações no âmbito dos propósitos, existiam importantes distanciamentos, especialmente nas origens sociais. Portanto, é necessário entender de qual lugar esse brasileiro surgiu. Para isso, torna-se salutar investigar alguns elementos atinentes à trajetória biográfica, que denotam a construção das preocupações que tangenciaram a escrita do letrado. Os dados acerca de Antônio Muniz de Souza, em grande medida, são contraditórios e imprecisos. Sacramento Blake, por exemplo, apresenta informações biográficas lacônicas, ao dizer que o autor “nasceu em Sergipe pelo ano de 1790 e faleceu depois de 1840. Foi agricultor, ou criador; acrescentava a seu nome o título de homem da natureza, tornando-se assim mais conhecido” (BLAKE, 1883, p. 267).

Em outras narrativas biográficas as incoerências revelam uma preocupação em articular a trajetória do viajante como um preâmbulo acerca da origem do filósofo brasileiro Tobias

Barreto. Liberato Bittencourt, por sua vez, ao escrever sobre os “brasileiros ilustres”, replicou alguns dos dados apresentados por Sacramento Blake e, sem mencionar as fontes, incluiu novas informações, como as descritas no trecho: “Naturalista e filósofo. Bisavô de Tobias Barreto. Nasceu em Sergipe mais ou menos em 1790, dedicando-se ao estudo das ciências naturais. Acrescentava sempre ao seu nome o título de *Homem da Natureza*, pelo qual era vulgarmente conhecido” (BITTENCOURT, 1913, p. 39).

As notícias mais precisas relacionadas à trajetória de Antônio Muniz de Souza foram apresentadas pelo bacharel Armindo Guaraná, em uma conferência realizada no *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (IHGSE), e publicada na revista do próprio sodalício, nos idos de 1915. Trata-se ainda da mais completa biografia sobre o letrado dos sertões, em um exercício que expressava a preocupação dos sócios do instituto em construir uma leitura acerca do legado intelectual no estado. Assim, proclamada no púlpito de uma “casa de memória”, a leitura provia a feitura de um herói.

Na assertiva do biógrafo, Muniz de Souza “passou pela vida, vivendo para a sociedade, para a civilização, para a ciência e para a pátria” (GUARANÁ, 1915, p. 181). Também foi Armindo Guaraná quem informou que Antônio Muniz de Souza passou os últimos anos de sua vida na província do Rio de Janeiro, após finalizar as longas viagens realizadas até a década de 1840. De acordo com o biógrafo, o filósofo da natureza “foi o homem que depois de ter trabalhado incessante e desinteressadamente durante a sua penosa peregrinação na terra, em proveito da humanidade, se findou a 17 de setembro de 1857, na sua chácara, em Santa Rosa, subúrbio de Niterói” (*Ibidem*, p. 180).

Se no emergir do século XX as informações acerca da trajetória de Antônio Muniz de Souza eram escassas e imprecisas, ao longo do restante do século essas notas biográficas foram apropriadas pela historiografia e, em alguns casos, interpretadas equivocadamente. Essas interpretações distorcidas acabaram, por sua vez, criando a imagem de um sujeito ainda mais nebuloso em questões fulcrais para a compreensão de seu posicionamento político. Isso ocorreu em duas dimensões: a da formação e a da cor.

Em decorrência da atividade intelectual do letrado ao longo da primeira metade do século XIX, alguns historiadores incorreram no processo de branqueamento dele, tratando-o como integrante de uma elite branca e instruída. As críticas sociais tecidas nos escritos de Souza seriam resultantes de seu descontentamento de colono. Assim, no “relato de Antônio Muniz de Souza, fica evidenciado seu descontentamento com uma realidade social em que, embora sendo um colono branco, proprietário e instruído, não desfrutava dos benefícios destinados a quem era europeu” (ANTÔNIO, 2012, p. 79). Essa assertiva compromete a inteligibilidade dos dois componentes fulcrais na trajetória de Souza: a condição de “homem de cor” e a ausência de uma educação formal. Como bem elucidam Evaristo Eduardo de Miranda e Adriano Garambini, “como ‘filósofo da natureza brasileira’, Antônio Muniz de Souza (1790-1840) não teve acesso a uma educação acadêmica formal, mas seu conhecimento pessoal do interior nordestino o tornou um popular divulgador dos sertões” (MIRANDA e GAMBARINI, 2003, p. 85). Tratava-se de um

viajante prático, que realizou leituras esparsas. Esse aspecto reverberou inúmeras vezes nos escritos do autor.

Sobre a formação, Antônio Muniz de Souza revelou ter cursado as primeiras letras nos sertões do Rio Real. Por consequência do seu entusiasmo pelos estudos em um contexto pouco afeito às letras, foi enviado pelo pai para cuidar do gado. O pastoreio era entendido pelos progenitores como atividade mais promissora do que as letras. Assim, os conhecimentos de Muniz de Souza atinentes à botânica e às viagens foram construídos no Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro. Em notas autobiográficas, o autor confessa:

Enfim, fiz-me Donato do Convento de Santo Antônio, e quão melancólica foi a cena, quando me vi com o hábito! Resignei-me com tudo, e me dispus ao serviço do Convento. Em companhia do Provincial Fr. Antônio de Santa Úrsula Rodvalho fui visitar a Província de São Paulo, em que gastamos nove meses, e aonde adquiri um reumatismo, que quase me deixou aleijado; (...) o tempo de receber algumas lições Botânicas, que concedia o Dr. Fr. José Marianno de São José Vellozo, cuja livraria me era franqueada, se bem que se algum dos outros Religiosos me encontrava lendo volume pertencente à essa Faculdade, me increpara tomando-o, e entregando-me livros de místicos, com a notória repreensão de não serem aqueles próprios para minha leitura (SOUZA, 1832, p. 13).

Na biblioteca do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro, Antônio Muniz de Souza teve os seus primeiros contatos com a literatura da História Natural, incluindo o acervo do franciscano mineiro Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), que, segundo Sílvio Romero, “foi quem primeiro fez a descrição sistemática da flora de uma região do Brasil, famoso livro de que os nossos sábios conhecem somente o título” (ROMERO, 1902, p. 346). Desse modo, ao ler o acervo do botânico franciscano e realizar experimentos na botica, Muniz de Souza construiu os conhecimentos basilares que seriam acionados nas viagens.

Além disso, no escrito autobiográfico introdutório de *Viagens e observações*, há o relato da reação do Dr. Sebastião Navarro d’Andrade, ao receber, em 1817, produtos recolhidos no sertão pelo viajante. Sobre esse ocorrido, o autor diz: “perguntando-me que estudos versava, ficou admirado quando lhe respondi que nenhum, e que apenas possuía a propensão da Natureza” (SOUZA, 1832, p. 15-16). Ele também revela que o conde dos Arcos teria ficado satisfeito com as pesquisas e lhe ofereceu:

proteção quanto fosse precisar para eu ir à Europa estudar História natural onde havia Jardins Botânicos, onde eu houvesse de fazer observações, o que eu grato deixei de aceitar, alegando não só a idade de 30 e tantos anos, a qual já não tinha suficiência para os estudos, mas também os países frios não se compadeciam com a minha saúde, que já tinha experimentado na Província de São Paulo (*Ibidem*, p. 6).

Se no tocante à formação os elementos biográficos são desconstruídos, a situação torna-se mais nebulosa ao mensurarmos a cor do letrado. Ubiratan Castro de Araújo reafirma a condição de Muniz de Souza, como “lavrador e pequeno proprietário branco”, ao afirmar o seguinte: “os escravos são um exemplo moral. Evidentemente que eles são uma espécie de correspondentes negros dos lavradores e pequenos proprietários brancos, no caso, ele próprio Moniz de Souza” (ARAÚJO, 2000, p. 11).

Na assertiva do apresentador da mais recente edição de *Viagens e observações*, Antônio Muniz de Souza defendia um protagonismo negro em decorrência de uma possível correspondência com a sua condição de lavrador branco. Penso que essa possível conexão é pouco elucidativa para entendermos uma vida que teve como campo de luta a crítica à condição da população negra escravizada. Em 1846, ele reafirmou o seu incansável engajamento, ao dizer: “atacarei ainda esta vez, e o farei enquanto me permitem as minhas forças, um dos maiores males que sofre o Brasil, que tanto tem de abusivo, e prejudicial, como de degradante, e desumano: o mal de que falo, é o maltrato da escravatura no Brasil (SOUZA, 1846, p. 183).

A dedicação de Antônio Muniz de Souza à questão das condições de vida e trabalho do negro no Brasil pode ser vislumbrada por meio de outras frestas, que deslocam o sujeito desse lugar social de homem “branco e letrado” para a condição de homem de cor, oriundo dos sertões do antigo norte.

Essa condição de pardo ou negro constitui uma hipótese, que pode ser aferida no primeiro texto de teor biográfico acerca de Muniz de Souza, ao tratar do episódio em que ele e a esposa concederam a alforria de seus últimos negros escravizados. O texto em questão, veiculado no jornal *O Philantropo*, informava: “estes entes que o Sr. Moniz e a sua senhora introduziram no grêmio da sociedade civil, compõem-se de quatro moças e cinco rapazes, alguns ainda mais brancos do que o seu próprio senhor” (O PHILANTROPO, 12 de julho de 1850, p. 4).

Mesmo se tratando de um dos poucos vestígios que apresenta Antônio Muniz de Souza como um homem de cor, mais escuro do que alguns dos escravizados que viviam em sua propriedade, considero como uma fonte relevante e digna de credibilidade, por ter sido a única biografia escrita quando o letrado ainda estava vivo. Neste sentido, o fato de as demais narrativas biográficas produzidas nos séculos subsequentes apresentarem Souza como um homem branco deve ser creditado ao esforço recorrente no país em branquear os homens e as mulheres de letras. Como consequência dessa prática de branqueamento, surgiram leituras que desmereceram a condição social do escritor. Essa condição de exclusão social e abandono foi amplamente reverberada em seus escritos:

fazendo-me ver os perigos a que me ia expor por sertões desconhecidos, sujeitos à gentildade, a sezões e outras muitas enfermidades e incômodos. Porém, todavia, o gênio superior que em mim sentia, criando-me no coração o amor à glória e fazendo-me arder virtuosos desejos de ser útil à minha Pátria, reforçou-me a resolução de por em prática a meditada viagem. Não sou, por auxílios da arte, Filósofo naturalista, não sou Botânico, nem tenho, como levo dito, luz alguma de ciências estudadas, sei apenas retratar mal compostos caracteres do nosso alfabeto, herança lastimosa com que o inculto do lugar, que me viu nascer, a pouca e infelicita os seus desditos filhos! Verdade esta tão conhecida e inegável como a que estando em idade de receber os primeiros rudimentos das ciências, não tive acesso ao menos um mestre de primeiras letras de quem recebesse um golpe de luz divina (SOUZA, 1832, p. 20-21).

Antônio Muniz de Souza, viajante dos sertões brasileiros, creditava parte de sua ausência de formação científica ao espaço, como desdobramento de ter nascido no “inculto lugar”, nos sertões do norte. Diante desses traços acerca da trajetória biográfica de Antônio Muniz de Souza, torna-se salutar pensarmos acerca das diferentes acepções de sertão na escrita do autor.

“O Homem da Natureza e as viagens pelos sertões do Brasil”

Conhecido como “Homem da Natureza” e “Filósofo da natureza brasileira”, Antônio Muniz de Souza dedicou 28 anos de sua trajetória para realizar viagens pelos chamados sertões do Brasil. Ao longo desse processo, criou redes colaborativas com médicos, farmacêuticos e autoridades políticas, que, de forma recorrente, recebiam com entusiasmo o material recolhido nas viagens, as descobertas de novos remédios e recursos a serem explorados no interior do país. O estudioso também teceu redes de amizades com alguns tipógrafos, o que possibilitou a publicação de parte de seus escritos. Um desses amigos foi Manuel Gaspar de Siqueira Rego, proprietário da Tipografia Niteroiense, que qualificou *Máximas e pensamentos* como um saber oriundo da prática, da vivência nas matas. Ainda sobre o referido texto, ele afirmou que se tratava de “reflexões de um homem, que entranhando-se pelas nossas matas presenciou as maravilhas da natureza, e que praticando o que escreve reconheceu por necessidade aquilo, que fez por experiência” (REGO, 1843, p. 1).

As publicações de Antônio Muniz de Souza também corroboraram a construção da sua memória como viajante que adentrou os sertões. No prefácio de *Máximas e pensamentos*, Ivo da Costa salientou:

Autor, que em 1833 deu à luz as suas Peregrinações no interior do Brasil, tão interessantes pela naturalidade do estilo, novidade dos encontros, e generosidade de coração de Peregrino, que lhe mereceram o alcunho de Homem da Natureza. Foi este o único sinal de gratidão que obteve dos seus patrícios. O corajoso viajante que tantos sertões rompeu, e tantas fadigas e perigos afrontou, para descobrir preciosidades dos três reinos com que dotasse sua Pátria, e para se habilitar a ser, perante a consciência, o advogado do miserável Índio, que o bafo devorador da nossa civilização aniquila do indefeso proletário, que os magnates esmagam, do pobre preto que com o intolerável trabalho arranca do seio da terra toda a riqueza que a imoralidade e o desgoverno esbanjam à porfia (COSTA, 1843, p. 5-6).

Considerando essa assertiva expressa pelo tipógrafo, bem como o fato de o escritor ser oriundo da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real e de sua notícia acerca da Revolução do Brasil ter como pano de fundo os sertões do antigo norte, torna-se possível entender como “o Homem da Natureza” construiu leituras relativas ao sertão. Trata-se de uma questão avultada, ao considerar que o autor defendia o viajante como um agente capaz de intervir na realidade observada. Afinal, de acordo com a sua premissa, “o viajante deve ser incansável (nos países por onde transitar) em inspirar nos povos úteis lidas, o onde encontrarão abundância, tranquilidade e união” (SOUZA, 1843, p. 7).

Ressalta-se que, apesar de Antônio Muniz de Souza ter se notabilizado pelas viagens pelo interior, ele esteve próximo de viajar à Europa, em pelo menos duas oportunidades: em 1807, com o intuito de defender Portugal da invasão napoleônica, e em 1818, com o custeio do Conde dos Arcos, para que estudasse botânica e investigasse os jardins botânicos europeus. Também é possível observar que muitas de suas viagens foram interrompidas ou abreviadas em decorrência de problemas de saúde, como em São Paulo, nos idos de 1808, e na Bahia, em

1823. De todo modo, os deslocamentos possibilitaram a constituição de uma cartografia, na qual o interior do Brasil se fazia conhecido, por meio dos vestígios materiais recolhidos e doados às instituições científicas e, principalmente, a médicos e a farmacêuticos, que se apropriavam desses recursos para a reformulação das práticas médicas.

Pautado nesta premissa cientificista, o viajante buscou descrever os costumes dos sertões visitados. Ao elaborar o retrato dos lugares por que passou, ele atribuiu valores e sentidos aos espaços. Ao considerar a premissa defendida por Michel de Certeau, segundo o qual “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 2007, p. 202), torna-se pertinente sobrelevar os diferentes usos e sentidos dos sertões na escrita de Muniz de Souza. Uma dessas acepções pautou-se em entender o sertão como espaço da violência:

Os habitantes das Cidades no Brasil não sabem, se não por fama, até onde chega a impunidade e influência de certos homens poderosos nas campanhas e sertões; porém os camponeses e sertanejos, vítimas dos atentados destes pequenos déspotas, teriam longas e lastimosas histórias, que lhes contar, de todos os excessos, e atos de opressão e de crueldade destes Catilinas em ponto pequeno, que por sua audácia, ou riqueza conglobam ao redor de si os facinorosos, ladrões, e malvados de toda a espécie, e cometem á salvo quantos assassínios, estupros, roubos e crimes lhes passam pela cabeça (SOUZA, 1832, p. 9).

A premissa do autor elucida inicialmente como a população urbana, principalmente a que vivia nos grandes centros, desconhecia a vida do interior. Esse argumento foi usado como uma estratégia para instituir um cenário de origem autoral, que atendia à dupla função de revelar o sertão como espaço abandonado pelas esferas do poder e desconhecido pela população letrada. Neste cenário hostil, Muniz de Souza teria se pautado nos valores morais e religiosos para defender a população que vivia à margem do poder. Ali teria emergido o ímpeto da resistência, da luta contra as mazelas que assolavam o espaço. Assim, o letrado acoplou aos seus fazeres a missão de orientar. Em seu livro de boa conduta do “viajante que percorre diversas terras, como de todos nós que somos verdadeiros viajantes, viajantes neste mundo” (REGO, 1843, p. 1), ele argumentou: “Deve em algum país que visitar moralizar os costumes que forem contrárias ao interesse geral, fazer quanto possível lhe for por destruir a má índole dos habitantes, isto com muita civilidade, prudência, e moderação, pois que tais costumes uma vez enraizados tem força de Lei” (SOUZA, 1843, p. 7).

A força dessa preocupação em orientar as populações sertanejas também se deu nas observações atinentes à ausência de ordem na criação de gado. Quanto a isso, o autor afirma:

É também necessário que eu aponte a falta de ordem que há pelos sertões por onde tenho viajado, sobre a criação dos gados, porque quem os cria são homens que não tem interesse, nem prática, nem especulação, e só se julgam felizes, quando estão com a barriga cheia, de sorte que não há coisa mais difícil do que achar-se um homem capaz de zelar gados alheios (SOUZA, 1832, p. 39-40).

O sertão da violência pincelado por Muniz de Souza não envolvia apenas as vítimas humanas. Ele também denunciava os maus-tratos em relação aos animais, principalmente na descrição de festas como as cavalhadas, nas quais ocorriam o sacrifício do gado. Em suas palavras: “Não me admira ter visto tão rústico, e bárbaro divertimento por Sertões e mais Villas de fora” (*Ibidem*, p. 60). A surpresa do viajante partia do fato de essas práticas se fazerem

presentes não somente em pequenos núcleos do interior, mas também em importantes cidades e vilas, como Cachoeira, no recôncavo baiano. A preocupação com a morte do rebanho também envolvia os danos causados pelas longas estiagens, como revela o enunciado a seguir: "há por aqueles sertões rigorosas secas, com as quais morrem imensos gado" (SOUZA, 1832, p. 40). Esses costumes tidos pelo autor como bárbaros foram condenados, além de terem sido apresentados como um legado negativo da colonização lusitana (cf. SANTOS, 2020).

Entretanto, nem sempre as surpresas inerentes foram tecidas em conotação pejorativa. Muniz de Souza buscou referendar o sertão como espaço das descobertas, como ele mesmo esclarece: "requeri ao Exmo. Governador Conde d'Arcos Passaporte para poder viajar os Sertões, em os quais pretendia fazer descoberta nos três Reinos Animal, Vegetal, e Mineral, o que com ampla vontade me concedeu em atenção à alguns artigos aos mesmos Reinos pertencentes, que lhe fiz ver" (SOUZA, 1832, p. 15). O viajante transmutou-se no sujeito que possibilitava a descoberta dos sertões. Ele recolhia os "artigos" e ao levá-los para as grandes cidades, fazia com que os homens de ciência "vissem" as riquezas veladas do interior. O ato de fazer ver foi recorrente em suas viagens. Nas redes científicas do Brasil no emergir do século XIX, o homem da natureza realizava a coleta do material e entregava aos cientistas para o exame. Em relação a esse trabalho de recolhimento de artigos para estudo, ele afirma: "1817 entrei pelos Sertões (...) apresentei-me ao mesmo Exmo. Conde com os gêneros, de que pude fazer coleção, os quais foram remetidos ao Dr. Sebastiao Navarro d'Andrade para serem examinados" (*Ibidem*, p. 18).

Diante dessa assertiva, é possível aferir que Antônio Muniz de Souza atuou nos bastidores dos fazeres científicos brasileiros, sendo o responsável pela pesquisa de campo, por meio de longas viagens e recolha de materiais. Não raras vezes ele era incumbido de procurar algumas encomendas: "pois que em vez nenhuma fui aos Sertões sem deixar de lhe trazer novos, e diferentes produtos, e alguns por eles encomendados" (*Idem*). Encomendas que lhe garantiam a sobrevivência e custeio para novos empreendimentos, mas também que ocultavam as suas contribuições nos fazeres da ciência. Neste sentido, a sua escrita também pode ser concebida como um exercício que incorre para um ato de justiça, no qual ele reivindica o protagonismo na vasculha dos sertões e na recolha de "artigos".

Desse modo, Muniz de Souza instituía o sertão como um espaço ambivalente: por um lado, guardava riquezas de um país que não se reconhecia; por outro, abrigava elementos desviantes que necessitavam ser corrigidos. Essa ambiguidade explicita o potencial semântico do sertão, que, de acordo com Janaína Amado, constitui "uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro" (AMADO, 1995, p. 145).

Essa ambivalência também denotava uma confluência temporal, entre um passado de abandono e um presente remediado. Esse foi o caso da assertiva referente aos sertões das doenças, cravado não como uma dimensão espacial, mas como um espaço temporalizado (NICOLAZZI, 2010), onde a doença caracteriza o espaço em outra época: "Há vinte e dois, ou vinte e três anos, antes de aparecer aqui a vacina, todos os Povos dos Recôncavos e Sertões da

Bahia tinham medo de ir a Bahia por causa do estrago, que neles fazia a peste da bexiga” (SOUZA, 1832, p. 61).

Se os sertões do antigo norte eram tidos como um pretérito espaço doentio, sanado pelas vacinas, por outro lado, os lugares frios, como a capitania de São Paulo e a Europa, eram apresentados por Muniz de Souza como localidades hostis, que lhe causavam agravamento nos problemas de saúde. As doenças também eram um elemento inerente à vida do viajante. Segundo Costa, o estado de saúde do pesquisador foi seriamente abalado em 1822, como abaixo descrito:

Devemos sentir que durante uma cruel doença, que nosso impávido viajante sofreu no Sertão, ele fosse despojado dos manuscritos, em que vinham relatadas as suas indagações nas Províncias da Bahia e Pernambuco. Perdas desta natureza, terríveis enfermidades e vários logros, são até agora quase o único fruto, que tem tirado de tantas fadigas e desvelos (*Ibidem*, p. 6).

No mesmo sertão que adquiriu doenças, Muniz de Souza também reuniu “produtos para fazer coleção”, vistos por cirurgiões e farmacêuticos. Esse foi o caso de sua viagem aos sertões de Sergipe em 1819, quando recolheu recursos que “foram vistos por muitos Doutores e Professores Médicos; bem como o Sr. Dr. José Lino Coutinho, Sebastiao Navarro de Andrada, João Ramos, Antônio Ferreira França, Silveira, Lopes, e por outros muitos Cirurgiões e Farmacêuticos” (*Ibidem*, p. 17). Além dos produtos dos três reinos da natureza, Muniz de Souza também registrou as experiências da população que vivia nos sertões. Ele relatou as agruras sofridas por negros e mulheres, que, no seu entender, viviam as dores do cativo. Também registrou o estranhamento acerca dos povos originários no tocante ao projeto civilizador:

E o mais é que a população dos sertões ainda se não diferencia, pelos sentimentos da gente vermelha. Porém, já mais pense, ou suponha qualquer pessoa que eu descrevo tão reta e exatamente o caráter desta gente, por indisposição ou paixão oculta que contra ela tenha, pois pelo contrário descrevo, não só por serem verdades de que toda a gente está ao fato, e por ser da obrigação do viajante, como também por me compadecer da sua infelicidade, para ver se assim há um político, que apresente um plano, por meio do qual venha esta infeliz raça a prosperar, visto que desde o descobrimento, deste Império, ainda não tem sido proveitosa ao Brasil (*Ibidem*, p. 30).

Na escrita de Muniz de Souza, os povos originários emergiam como o outro, um grupo à margem, de difícil apreensão de seu caráter. Além disso, o registro elucida um reclame no intuito de evocar possíveis projetos para amenizar ou “compadecer de sua infelicidade”. Os povos originários foram identificados pelo viajante em diferentes espaços sertanejos, incluindo no norte da província de Minas, onde os avistou “até nas margens do rio Jequitinhonha, nos mesmos vastos sertões entre os gentios botocudos” (*Ibidem*, p. 104).

Leitura destoante ele realizou sobre os ciganos, apresentados quase como centauros que habitavam os sertões: “há nos recôncavos, e sertões das Províncias da Bahia, Sergipe, e Alagoas, e segundo notícia tenho, em quase todo o Brasil, certos homens a que chamam *Ciganos* homens que nascem, vivem, e morrem a cavalo” (*Ibidem*, p. 38). O mesmo olhar crítico e dotado de estranhamento foi tecido em relação ao luxo das casas nos sertões: “penetrado até o mais recôndito dos Sertões. Quantas casas, quantas famílias não tem sido vítimas do desordenado, e

mal-entendido luxo? Até no sertão o luxo tem-se remontado a um grau tal, que admira” (SOUZA, 1832, p. 75).

A leitura de Antônio Muniz de Souza possibilita entender como ele acionou o sertão como um repositório que deveria se tornar conhecido no constructo da nação. Isso corrobora a assertiva defendida por Janaína Amado, segundo a qual “vivido como experiência histórica, o ‘sertão’ constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação (AMADO, 1995, p. 146). Neste sentido, enveredo pelas inquietações acerca dos episódios da revolução do Brasil, tramada nos sertões do antigo norte, no emergir da nação.

Notícias da Revolução do Brasil nas capitanias do norte

Em 1820, Antônio Muniz de Souza iniciou o ambicioso projeto de avançar pelos sertões do norte, provido do intuito de chegar até a capitania do Pará e concluir o périplo com o retorno ao Rio de Janeiro pelo interior. Esta seria a mais longa de suas viagens efetivadas até então e marcaria uma nova etapa de seus fazeres. Contudo, ainda nos primeiros anos, a jornada foi interrompida, em decorrência da eclosão dos movimentos atrelados à independência do Brasil. De acordo com Ubiratan Araújo, a partir desse redirecionamento da viagem, ele elaborou “um relato do que viu e do que viveu desde a interrupção de sua viagem ao norte do país no interior de Pernambuco, passando pelas capitanias de Alagoas e Sergipe até chegar ao cenário da guerra contra os portugueses nos recôncavos da Bahia” (ARAÚJO, 2000, p. 21). Assim, ao circular entre os sertões de Alagoas e Pernambuco, o viajante se viu envolto em conflitos que redimensionaram os seus intentos. Em suas palavras:

querendo investigar os seus Sertões depois de despachado para isso, jamais o pude fazer por causa da revolução do Brasil na Época da Independência, e pela insubordinação, em que se achavam os povos, pelos quais eu era a cada passo atacado, violentado, e roubado; de sorte de que me deixaram limpo de todo o meu fato, preciosidades, e até da *notícia estatística*, que muito senti, não só pelas fadigas e suores, que me tinha custado, como pela esperança, que eu tinha de que *produzisse algum efeito favorável ao Brasil depois que fosse vista e concertada por homens de maiores estudos e capacidade* (SOUZA, 1832, p. 19, *grifo meu*).

A descrição do percurso investigativo de Antônio Muniz de Souza revela frestas importantes atinentes ao seu processo de escrita, no qual as viagens com conotações mais próximas da história natural e etnográfica passavam a incluir outros gêneros literários e históricos do emergir do século XIX, como notícias e memórias. Por conta disso, ele lamenta os danos causados pela revolução, principalmente com a perda dos manuscritos de sua notícia estatística. Ressalto que, ao longo da centúria oitocentista, sobretudo na primeira metade, a escrita da história encontrava-se diluída em diferentes subgêneros. Um deles era a notícia. Luíz Maria da Silva Pinto, no seu patriótico *Dicionário da Língua Brasileira*, publicado em 1832, define o verbete notícia como “conhecimento, informação. Nova” (PINTO, 1832, p. 747).

Essa definição pouco assertiva ganha uma nova conotação diante dos intuitos de Muniz de Souza, de produzir efeito favorável ao Brasil, apresentando-a, com essa nova significação, para outros letrados. Tratava-se de uma proposta de delegar fontes ao futuro, de muni-lo de informações para possibilitar novas interpretações, ou seja, um preâmbulo dos fazeres históricos atrelados ao projeto de nação coadunado com o ideal civilizatório. Essa ambiguidade semântica nos fazeres históricos confirmam as premissas observadas por Valdeci Araújo, ao dizer que “longe de ser um movimento linear e homogêneo, a construção do discurso histórico moderno foi marcada por diferentes processos, muitos deles contraditórios” (ARAÚJO, 2015, p. 368).

Outro aspecto a ser observado é o termo escolhido como título do documento produzido acerca das querelas envolvendo o processo de independência brasileira. Muniz de Souza intitulou a sua narrativa de *Breve notícia sobre a Revolução do Brasil em 1821 nas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas, por serem estes lugares os que tenho viajado desde a época da Constituição, sobre o que descrevo o que tenho observado e ouvido dizer*. A longa denominação expressa nuances que perpassam por questões como o gênero literário, a dimensão temporal e o método investigativo operacionalizado.

Sobre o gênero em questão, ressalta-se que as notícias foram amplamente utilizadas nos fazeres historiográficos da primeira metade do século XIX, mas quase sempre adjetivadas por termos como “corográfica”, “histórica”, “geográfica” ou “topográfica”. Muniz de Souza optou por qualificá-la como breve e atribuí-la ao episódio narrado, com a revolução do Brasil. O dicionário de Luís Pinto definiu memória como “faculdade pela qual a alma se lembra das coisas que conhece. Lembrança. Monumento. Escrito que contém narração de qualquer coisa” (PINTO, 1832, p. 89). Neste sentido, é possível aferir que o documento tinha como escopo a escrita que narrava os acontecimentos da revolução de 1821.

No âmbito da dimensão temporal, o letrado designou o processo de independência do Brasil como revolução, ou seja, pautou o processo como uma ruptura, provida de conflitos que se desenrolaram no interior da antiga colônia. No calor dos acontecimentos, ele não entendeu o episódio como um projeto de continuidade, mas como de ruptura entre Brasil e Portugal, com acirrados conflitos eclodidos no interior dos sertões. Com efeito, a revolução designava a aceleração do tempo. No entender de Valdeci Araújo, “as primeiras décadas do século XIX no Brasil foram marcadas por uma notável aceleração do tempo histórico. O mundo luso-brasileiro precisou articular as grandes rupturas na experiência da história que os acontecimentos revolucionários deixaram como legado” (ARAÚJO, 2009, p. 85).

Por fim, o dilatado título também trazia a dimensão metodológica da narrativa. Definições que ocorreram em parte pelas circunstâncias, como os espaços dos acontecimentos narrados, decorrentes das viagens pelos sertões. Além disso, as fontes constituintes do escrito tinham sido fruto das observações e das coisas que ele tinha “ouvido dizer”. Neste sentido, a notícia histórica fora pensada como um desdobramento dos fazeres científicos no âmbito da história natural, pautado na observação e recolha de materiais e informações.

A narrativa histórica foi escrita no contexto da independência e incluída como anexo do primeiro tomo de *Viagens e observações*, publicado em 1832. O manuscrito, contudo, foi doado

para compor o acervo da Biblioteca Nacional. Muniz de Souza também doou o manuscrito *Descobertas curiosas* para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1846. Essas doações de manuscritos evidenciam a preocupação do letrado de prover as instituições de salvaguarda da memória nacional com documentos que pudessem contribuir de alguma forma para a escrita de uma história nacional. Com isso, a escrita no contexto da independência atendia a um projeto de abastecimento do futuro com memória sobre a história, ou seja, ela consistia em um projeto de nação, de constituir subsídios para novas interpretações no futuro.

A nação brasileira pensada por Antônio Muniz de Souza elucidava uma ruptura entre brasileiros e portugueses, apesar da prevalência de uma ideia de pátria-mãe:

Ficou bem patente que um dos principais fins da sua revolução era escravizar, e recolonizar o Brasil. Apenas isto constou, todo o resto de boa amizade, e confiança que os singelos, e generosos corações Brasileiros conservavam para com a Mãe pátria, apesar de tê-la se ter mostrado sempre Madrasta, evaporou-se. A total separação já estava na mente de todos os filhos do Brasil (SOUZA, 1832, p. 187).

A assertiva de Souza aciona a independência como um processo de ruptura entre as duas nações, que culminava, inclusive, na adoção de outra maternidade. Semanticamente, Portugal deixava de ser a mãe-pátria, tornando-se madrasta e os conterrâneos do autor passavam a ser tratados como filhos do Brasil. Assim, o país emergia como uma nova pátria mãe. O sentimento de autonomia nacional, nas palavras do autor, era amplamente difundido entre os brasileiros. As tensões da revolução do Brasil seriam decorrentes da resistência lusitana, haja vista os “portugueses, particularmente dos da Bahia, Sergipe e Alagoas que por mais estúpidos, numerosos e ricos ofereceram-se a tomar as dores por Portugal” (*Ibidem*, p. 188). A independência, neste caso, foi tratada como um processo inevitável. A notícia evidencia uma dimensão teleológica, no qual o destino do Brasil era, irremediavelmente, ser uma nação livre. A resistência lusitana foi entendida como um esforço fadado ao fracasso, pois “estes homens cegos pela paixão trabalhavam para a sua infelicidade, como apareceu depois, mas eles não olhavam para o futuro pois sua ignorância, e brutalidade não chegava a tanto” (*Ibidem*, p. 188-189). Essa assertiva expressa que o texto foi escrito durante os episódios, mas possivelmente, ao término dos episódios, pois ele avaliza as ações em dimensão retrospectiva, mensurando os sujeitos que conseguiam entender o processo e os que ignoravam a marcha histórica dos acontecimentos.

Provida de uma trama histórica predeterminada, com a inelutável independência, os atores sociais mostravam maior oscilação. Esse foi o caso de Sergipe, onde o governador da capitania, apesar de ser brasileiro, mostrou-se “muito velho, estúpido e miserável” com seus familiares “inimigos acérrimos à causa do Brasil”, por apoiar a causa portuguesa. Por outro lado, enquanto o governo da capitania resistia à independência, “José Pinto de Carvalho, homem português, porém grande político que soube olhar para o futuro (...), foi o exemplo dos brasileiros que em Sergipe se mostraram amantes da causa do Brasil” (*Ibidem*, p. 189).

A notícia escrita por Souza revela a preocupação em descrever os principais episódios ocorridos na chamada revolução do Brasil. Expressa igualmente uma preocupação em hierarquizar as informações testemunhadas pelo viajante, informações de credibilidade e as

advindas de boatos. Exemplo disso é o caso em que ele assevera o seguinte: “deixa governando José Barros Pimentel, que segundo dizem em Sergipe, ele dera para isso dez mil cruzados (o que eu não afirmo)” (SOUZA, 1832, p. 191). Ao pensar a história, o viajante não se preocupou em velar as informações que considerava inverídicas. Pelo contrário, elencou o conjunto de notícias e boatos, provendo o futuro com um amplo conjunto de informações para serem alvo da crítica histórica. Ele se posicionava, aferindo juízo acerca das evidências, mas não as excluía.

Essa postura epistemológica possibilitou que o texto também elencasse uma natureza mística atinente aos episódios da revolução. Os campos de batalhas traziam as lutas entre brasileiros e portugueses, equipados com armamentos e feitiços. Isso ocorreu em diferentes momentos. Em um deles, por exemplo, o general Labatut “logo empossou hum estupidão que chegou a mandar curar a sua família de feitiço” (*Ibidem*, p. 192). O mesmo teria se dado em relação à junta governativa, na qual havia “alguns membros de bom comportamento, e crédito, mas capazes de se curarem, e de curarem os outros de feitiço; isto é fato e não metáfora, pois já ouvi a um que se curara, e a outro dizer que sabia curar, e outros os acho com disposições para isso” (*Ibidem*, p. 191).

Observa-se que o feitiço é elevado à condição de fato. As lutas pelo poder envolviam tanto a questão bélica como a magia. Além disso, também reverberava uma confluência entre religiões de negros e ameríndios com o catolicismo, pois o autor afirmou: “sobre os Padres empregados na mesma Junta nada digo, só sim relatarei que em Sergipe não há Padre (pela maior parte) que não cure de feitiço” (*Idem*). Certamente, trata-se de uma questão que merece outra análise.

Além de caracterizar os feitiços como um fato histórico, Souza também buscou se posicionar na interpretação dos episódios e sujeitos. Sem dúvida, esse é um aspecto que o distanciava de outros letrados que estavam pensando a história em seu tempo. Ao tratar dos assassinatos da revolução do Brasil nos sertões, ele asseverou: “eu considero Labatut cúmplice na morte daquele infeliz arcabuzado” (*Ibidem*, p. 194). Também se deu ao denunciar a morte dos soldados cobertos de bichos pelo corpo ocasião sobre o qual o autor confessa: “nem ouvidos me deu e só vi ali reinar a intriga e o orgulho, excetuando alguns homens de bem que estavam nos postos obrigado do brio nacional e do amor da Pátria” (*Ibidem*, p. 195). Toda a notícia é permeada de posicionamentos como “eu gostei”, “eu penso”, além de conter as denúncias de injustiças do processo: “Quantos Patriotas fingidos, enriqueceram com a guerra, enquanto grande número de homens de bem verdadeiros patriotas ficaram pobres!” (*Ibidem*, p. 198).

Muniz de Souza também chamava a atenção para as intervenções divinas na história. Ao tratar das atrocidades da revolução, em que viu “homens morrerem por falta de se lhes tirarem os bichos”, ele clamou por intervenção dos céus: “não pude se não pensar que o Céu demorava o castigo aos comandantes encarregados daqueles homens, não tardou com efeito que pagassem, e ainda o vão pagando, pois o crime anda com seu dono” (*Ibidem*, p. 196).

Quanto à conquista da independência brasileira, esse foi o entendimento de Souza: “não há quem duvide, e nem deixe de saber que o povo Brasileiro muito massacrado foi pelos Lusitanos, porém esse povo generoso, de coração dócil, não quiz imitar a Lusitanos, e só soube

sustentar a dignidade Brasileira” (SOUZA, 1832, p. 199). Apesar disso, o cenário de injustiça entre os brasileiros permanecia incauto. Souza disse que viu “na província de Sergipe um J. F. C. que se mostrava mais cruel do que animais ferozes” (*Ibidem*, p. 202). A situação tornava-se mais violenta com as eleições, nas quais “para angariarem os incautos roceiros por brandura, por peita e até mesmo por ameaças e violências, chegando também a dar pancadas e facadas e ao princípio espalhavam pelos povos do interior muito má ideia da constituição, que resultou muitas desordens nos sertões” (*Ibidem*, p. 203).

Os portugueses foram retratados como “orgulhosos, com ingerências e insolentes” e o remédio seria ter “um governo verdadeiramente brasileiro” (*Idem*). O projeto de nação gestado pelo pesquisador elucidava uma ruptura política e de comando. Em relação a esse desejo de acabar com o poderio português sobre o Brasil, Muniz de Souza, em mais uma tentativa obstinada de defender o seu próprio país, asseverou: “o Brasil é e há de ser, eternamente dos Brasileiros” (*Ibidem*, p. 205). No calor dos acontecimentos, a independência pensada por Souza elucidava uma ruptura política e cultural em relação ao mundo português.

Por fim, além de apresentar inúmeras denúncias das cenas de violências nos sertões do antigo norte do Brasil, Antônio Muniz de Souza contribuiu para elaborar uma cronologia da história da revolução do Brasil, com um processo que culminaria no “dia 2 de julho, dia eternamente memorável” (*Idem*). Ao tratar da triunfal entrada do exército pacificador na Bahia, o texto abandona o seu caráter de denúncia e se apropria de uma escrita épica, como é possível observar nesse fragmento: “Feliz Dia 2 de Julho, bem igualas o Glorioso 7 d’Abril! Que brilhantes quadros não ofereces aos generosos Brasileiros!! Se algumas más consequências tens tido é só devido aos ambiciosos que desejam elevar-se sobre as ruínas da Pátria para seus sórdidos interesses” (*Ibidem*, p. 213).

Considerações finais

Neste artigo analisei os fazeres historiográficos tecidos por Antônio Muniz de Souza sobre o processo de independência do Brasil, no calor dos acontecimentos. Trata-se, portanto, de um documento que revela frestas que contribuem para a compreensão de importantes meandros da delimitação dos saberes históricos, no momento de conquista da autonomia nacional e da invenção da nação.

O primeiro elemento a ser considerado é o fato de o autor ser um pesquisador nacional, oriundo dos sertões do antigo norte do Brasil, que buscou pensar a história a partir de suas experiências como viajante, acionando pressupostos metodológicos correlatos ao da história natural e da etnografia, com a observação dos episódios nos espaços visitados. Além disso, ressalta-se como um letrado não branco pensou a história de forma ambivalente. Por um lado, pautado no projeto de prover o futuro de uma memória. Por outro, ensaiando crítica documental e se posicionando diante dos encaminhamentos do processo de construção da independência nacional.

Além disso, ao narrar os episódios do processo revolucionário de conquista da independência, o escritor elucidou alguns apontamentos relevantes acerca da epistemologia dos fazeres historiográficos no emergir do oitocentos, como o juízo sobre as fontes, creditando-as como confiáveis ou como boatos. Julgamento similar foi atribuído aos sujeitos que protagonizaram a sua escrita, qualificando-os como “homens de bem que lutaram em defesa da pátria”, homens interesseiros que lucravam com a independência e pessoas que não conseguiam entender a natureza dos acontecimentos e acabaram por lutar do lado errado da história.

De igual modo, a narrativa histórica de Muniz de Souza também expressava uma confluência entre a razão e a magia, que de forma equânime contribuía para a confirmação do destino das lutas de independência. Os feitiços emergem na escrita de Souza como um elemento quase que onipresente, pretensamente mobilizado por portugueses, brasileiros e até mesmo pelo clero. É uma questão a ser pensada em novas leituras.

Contudo, a principal contribuição de Muniz de Souza foi considerar o protagonismo de negros, indígenas e sertanejos na experiência histórica brasileira. Assim, a leitura da *Breve notícia* possibilita entender a polifonia que atravessou os fazeres historiográficos no Brasil pós-independência.

Referências

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- ANDRADE, Manoel Ribeiro. *Leituras de um viajante público (1812-1846): o Homem da Natureza Brasileira, seus mundos e os outros*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Ciências Humanas, Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- ANTÔNIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ARAÚJO, Ubiratan de Castro. Apresentação. In: SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e observações de um brasileiro*. 3ª. Ed. Salvador: IGHB, 2000, p. 5-24.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *Saeculum: Revista de História*, Paraíba n. 20, 2009, p. 49-69.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a História no Brasil Joanino. *Acervo, Ouro Preto*. Vol. 22, n. 1, 2009, p. 85-98.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*. vol. 31, n. 56, 2015, p. 365-400.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jena-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BITTENCOURT, Manoel Liberato. *Homens do Brasil – Sergipe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1913.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- CASAL, Manuel Ayres de. *Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- COSTA, I. P. da. Advertência dos editores. In. SOUZA, Antônio Muniz de. *Viagens e observações de Hum Brasileiro, que desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à nação Brasileira*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1834, p. 3-7.
- COSTA, I. P. da. Esboço da vida do Autor desta obra apelidado por seus amigos – O Homem da natureza Brasileira. In. SOUZA, Antônio Muniz de. *Viagens e observações de Hum Brasileiro, que desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à nação Brasileira*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1834, p. 8-23.
- DEAN, Warren. *With Broadax and Firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. London: University California Press, 1997.
- EDELWEISS, Frederico. Antônio Moniz de Souza. In. SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e observações de um brasileiro*. 3ª. Ed. Salvador: IGHB, 2000, p. 27-32 [1944].

GONZALEZ, Luis Arinaldo. *Law, hegemony, and the Politics of Sugarcane Growers Under Getulio Vargas*: Campos, Rio de Janeiro, Brazil (1830-1950). Vol. 1. Minnesota: University Minnesota, 1998.

GUARANÁ, Armindo. Antonio Moniz de Souza. In. *Diccionario Bibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 28-29.

GUARANÁ, Armindo. Antonio Muniz de Souza. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 6, v. 3, p. 167-181, 1916.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. N. 1, 1988, p. 5-27.

HAHNER, June Edith. *Emancipating the Female Sex: the struggle for women's Rights in Brazil (1850-1940)*. New York: Duck University Press, 1990.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacintho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro (1808-1850)*. New Jersey: Princenton University Press, 1987.

LANGGAARD, Theodoro J. H. *Diccionario de medicina doméstica e popular*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

MALEVAL, Isadora Tavares. *Entre a "arca do sigilo" e o "tribunal da posteridade": o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Unirio, 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. GAMBARINI, Adriano. *Natureza, conservação e cultura: ensaio sobre a relação do homem com a natureza no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX. *Revista da Fapese*. V.1, n.1, 2005, p. 7-22.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. *Leitura de Os sertões. Anos 90*. Vol. 17, n. 31, 2010, p. 261-285.

O REDATOR. A natureza do Brasil e um homem raro que a tem observado. *O Philantropo*: periódico humanitário, científico e literário. Ano 2, n. 67, 12 de julho de 1850, p. 3-4.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 2ª. Ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

ROSEN, Bernard Carl. *The Industrial Connection: Achievement and the Family in developing societies*. New York: Aldine, 1982.

SANTOS, Laura Carvalho. Antônio Moniz de Souza, "o Homem da Natureza Brasileira": ciência e plantas medicinais no início do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 15, n. 4, 2008, p. 1025-1038.

SANTOS, Laura Carvalho dos. *Homens e natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza*. Salvador (1808- 1828). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O flagelo dos homens de bem: Antonio de Souza, fazeres científicos, abolicionismo e civilização no Brasil nos oitocentos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. V. 13, n. 34, 2020, p. 137-172.

SIGAUD, Joseph François Xavier. *Du Climat et des Maladies du Brésil, ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Fortin, Masson, 1844.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Thadeo Ferreira, 1789.

SOUZA, Antônio Muniz de. Breve notícia sobre a Revolução do Brasil, em 1821, nas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas. In: SOUZA, Antônio Muniz de. *Viagens e observações de Hum Brasileiro, que desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à nação Brasileira*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1834, p. 183-204.

SOUZA, Antônio Muniz de. *Máximas e pensamentos praticados por Antonio Muniz de Souza, o Homem da Natureza, natural da província de Sergipe d’El Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840*. Nictheroy: Typographia Nictheroyense de M. G. de S. Rego, 1843.

SOUZA, Antônio Muniz de. Petição a S. M. I. In. *O Philantropo*: periódico humanitário, científico e literário. Ano 2, n. 67, 12 de julho de 1850, p. 4.

SOUZA, Antônio Moniz de. Reflexões sobre a escravatura das fazendas do Brasil. *O Auxiliador da Indústria Nacional: collecção de memórias e Notícias interessantes*. N. 1, 1846, p. 183-186.

SOUZA, Antônio Muniz de. *Viagens e observações de Hum Brasileiro, que desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à nação Brasileira*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1834.

TUCKER, Richard P. & RICHARDS, John F. *Global deforestation an the Nineteenth-century World Economy*. Durhan: Duck University Press, 1983.